

Novos horizontes para o saber geográfico: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883-1909)

Redefined standards for the Brazilian geographical knowledge:
Rio de Janeiro Geographics Society (1883-1909)

LUCIENE P. CARRIS CARDOSO

Programa de Pós-Graduação em História (IFCH/UERJ)

RESUMO: Objetiva-se analisar a criação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em 1883, bem como traçar um panorama da composição de seus associados, revelando-se, também, as principais atividades da associação desde sua fundação até 1909, por meio da apreciação de seu periódico especializado. Inspirando-se no modelo das congêneres européias, sobretudo a de Paris, a instituição criada no final do regime imperial pretendia se tornar um espaço especializado para o saber geográfico brasileiro. Advogados, médicos, engenheiros militares e civis, com as mais variadas ocupações, concorriam para o melhor reconhecimento do território nacional, tema até então considerado de vital importância para os seus associados. Palavras-chave: Sociedades geográficas; território brasileiro; história da geografia.

ABSTRACT: The purpose of the present article is to analyze the creation of the "Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro" (Rio de Janeiro Geographical Society) in 1883, as well as to picture its member composition and reveal its main activities until 1909, facts inferred by the reading of its specialized periodic. This society, inspired by European models (mainly Paris), was created in the end of the imperial period and intended to become a space devoted to the preservation and expansion of the Brazilian geographical knowledge, a major issue to all of its associates civil and military engineers, lawyers and physicians.

Key words: geographical societies; brazilian territory; history of geography.

Introdução

Fundada em 25 de fevereiro de 1883, integravam os quadros sociais da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ) advogados, médicos, engenheiros civis e militares que compartilhavam da idéia do utilitarismo da ciência e da crença no progresso da nação brasileira.¹ Homens de letras e estudiosos de diversas instituições, impregnados pelo espírito nacionalista dado às ciências, deram um novo brilho às teorias vigentes, adaptando-as às necessidades brasileiras. Para esses intelectuais, era vital conhecer o Brasil, resolver os grandes problemas nacionais daquela época, como a questão da mão-de-obra, o melhor escoamento da produção para os portos, a construção de vias de comunicação, sejam estradas de rodagem ou estradas de ferro. Afirmavam, também, que o território brasileiro era muito extenso e em sua maior parte inexplorado, ao contrário de outras nações européias, onde já se conheciam os seus limites geográficos, os seus climas, os cursos de seus rios, enfim, o seu espaço territorial, a exemplo da França e da Alemanha.

O propósito de se estabelecer na capital do Império a SGRJ – uma instituição especializada para o saber geográfico no Brasil –, a exemplo do que já ocorria na Europa e em outros lugares da América, favorecia o movimento de institucionalização do saber geográfico que perpassou ao longo do século XIX. O apogeu das instituições direcionadas para o estudo das ciências geográficas corresponde ao período entre 1870 e 1914, até então liderado por duas nações, França e Alemanha. Na Europa, a multiplicação das sociedades geográficas relacionava-se à expansão colonial. Buscava-se conhecer melhor as colônias, conquistar novos territórios, visando ao intercâmbio comercial e à difusão da cultura européia.

A criação da Sociedade de Geografia de Paris, em 1821, por exemplo, articulava-se à política econômica e expansionista francesa inaugurada pelo duque de Richelieu.² A sua revista dedicou-se, principalmente, à publicação de relatos de novas descobertas de territórios, bem como a homenagear os exploradores que contribuíam para o desenvolvimento da geografia francesa. Seguindo a mesma linha, em 1828, fundava-se a Sociedade de Geografia de Berlim, cuja pendência confiou-se a Karl Ritter, percebido então como a “alma da Sociedade”.³ Vale acrescentar que Ritter, assim como Alexandre Humboldt, são considerados, por alguns estudiosos, como os sistematizadores dos estudos geográficos.

Inspiradas no modelo europeu, várias associações geográficas foram fundadas na América Latina ao longo do século XIX, dentre as quais: a Sociedad Mexicana de Geografia y Estadística, criada em 1833, a American Geographical Society, em 1852, de Nova York, e a Sociétés de Géographie de Québec, em 1877. De uma maneira geral, essas agremiações possuíam características em comum, ou seja, a participação em congressos, a troca de correspondências com congêneres estrangeiras, principalmente européias.⁴ Além disso, pretendiam divulgar o conhecimento científico, por meio de intercâmbio de publicações, tais como revistas, boletins, além de dicionários, monografias e mapas.⁵ No fundo, caracterizavam-se pelos serviços prestados ao Estado, pois as informações levantadas auxiliavam tanto no reconhecimento do território quanto da natureza de cada região. Existiam, evidentemente, diferenças entre as grandes sociedades geográficas das potências européias, em comparação a outras associações da América Latina, em especial, a do Rio de Janeiro, “[...] porém em todas elas o interesse por viagens e explorações constituía uma característica essencial”.⁶

Assim sendo, a análise adotada no presente artigo para o estudo da trajetória institucional da SGRJ pauta-se no entendimento de que a geografia, assim como as demais ciências, constitui uma atividade social, a qual se distingue por manter relações estreitas com as esferas do político, do social, do econômico e do cultural.⁷ Nesse caso, é necessário contextualizar a ciência ou as práticas científicas em uma determinada época, “entendendo-as enquanto um conjunto de práticas, valores e métodos compartilhados por seus praticantes socialmente reconhecidos”⁸.

A proposta deste trabalho é apresentar um panorama da trajetória institucional da SGRJ entre o período de 1883 a 1909. A primeira data corresponde à fundação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ). O marco final refere-se ao Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia promovido pela instituição, evento que significou uma iniciativa de sistematizar e de legitimar o conhecimento geográfico então disponível, aplicando-o à realidade nacional.

A Convocação

Liderados pelo então senador Manoel Francisco Correia, 16 indivíduos⁹ assinaram a convocação para estabelecer na capital do Império uma sociedade geográfica. O chamado dirigia-se a diversas

personalidades que participavam do cenário político imperial, residentes na Corte e que também se destacavam nas ciências, no magistério e na política, tal qual o seu idealizador, o senador Correia, ilustre homem de Estado e educador. Seguindo a tradição do modelo francês, os fundadores da congênere brasileira assinalavam sua importância ressaltando que:

[...] as mais antigas associações organizadas para desenvolver semelhantes estudos compreenderem as grandes aplicações a que estes dariam lugar, pelos inúmeros ramos das necessidades humanas, a que se liga a geografia, quer no domínio da prática, quer no da teoria. Promoveram imediatamente as viagens de descobertas, os prêmios, como que se distinguissem os trabalhos de alto merecimento, a propagação do gosto pelos estudos geográficos, e por fim a publicação de cartas e memórias.¹⁰

Em 25 de fevereiro de 1883, 92 personalidades participaram da sessão inaugural da SGRJ, que teve lugar na Escola Pública da Freguesia da Nossa Senhora da Glória, palco das reuniões preliminares da SGRJ. Cabe acrescentar que o local já era conhecido desde 1873, por causa das “Conferências da Glória”, idealizadas pelo mesmo senador Correia, com o propósito de contribuir para a “instrução do povo [...] franqueadas a todas as classes”.¹¹ Nesses encontros, discutiam-se assuntos contemporâneos sobre os diversos ramos do conhecimento, como literatura, medicina, geociências, história das civilizações, entre outros saberes.¹²

Ao longo de 1883, realizaram-se oito reuniões preparatórias com o objetivo de formalizar o regulamento da nova associação. Na primeira sessão preparatória presidida pelo Conselheiro Correia, escolheu-se a mesa-diretora provisória. Aprovados os estatutos, convocou-se uma assembléia geral para 16 de setembro, a fim de eleger a mesa-diretora e as comissões científicas para o ano de 1884. José Lustosa da Cunha Paranaguá, o marquês de Paranaguá, tomou posse como presidente; a vice-presidência coube ao Conselheiro Antônio José Henriques e a segunda vice-presidência ao Conselheiro Henrique de Beaupaire Rohan. Para os cargos de primeiro e segundo secretários foram eleitos, respectivamente, Licínio Chaves Barcelos e Carlos de Oliveira Sampaio, enquanto o Comendador José Antunes R. de Oliveira Catrambi elegeu-se tesoureiro.

Devido ao problema da falta de uma sede para a nova associação, cogitou-se em utilizar as salas da Escola Politécnica, visto que as sessões eram realizadas aos domingos. Tudo indica que a escolha de Paranaguá para a presidência não deve ter sido bem recebida, pois o senador Correia afastou-se das atividades administrativas da SGRJ, deixando de participar com tanta frequência às reuniões do grêmio. Aliás, observamos que tal afastamento seria acompanhado por alguns sócios, como: Feliciano Pinheiro Bittencourt, Antonio Herculano Souza Bandeira, Henrique Beurepaire Rohan e Alfredo d’Escragnolle Taunay que, em carta de 10 de novembro de 1884, publicada na ata da *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, comunicou “não desejar fazer parte da Sociedade, por enquanto [...]”,¹³ e Manuel Venâncio Campos da Paz, que se declarou “[...] impossibilitado de acompanhar os trabalhos da Sociedade”.¹⁴ Luiz Antonio von Hoonholtz, o barão de Teffé, comunicou em 20 de setembro de 1883 que se ausentando da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil: “[...] não pertenceria a nenhuma outra Associação que se houvesse de criar com o mesmo fim, não podia aceitar o honroso título de sócio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro”.¹⁵ Entretanto, ao que parece, o barão de Teffé reconsideraria esse ato e se tornaria um dos sócios mais assíduos, contribuindo para os trabalhos da SGRJ.

Apesar de afastado da diretoria, o senador Correia participava ainda como membro da comissão científica de Geografia Política e continuaria a ceder uma das salas da Escola Barão do Rio Doce para as reuniões do grêmio.¹⁶ Em 1890, foi lhe conferida uma Medalha de Beneficência, como reconhecimento

por serviços prestados: “[...] pelo fato de haver permitido que a Sociedade de Geografia celebrasse as suas sessões, durante mais de seis meses [...], sem despesa alguma de móveis, iluminação ou qualquer outra para a Sociedade”.¹⁷

De qualquer modo, a partir de 1885, começaram a ser editados os boletins ou revistas da SGRJ. Os integrantes da recém-fundada instituição salientavam que o Brasil era um país que precisava se conhecer em relação à extensão territorial, limites e à identificação de recursos naturais disponíveis. Justificavam a sua criação, apontando as diferenças entre a nova entidade e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Seção Filial da Sociedade de Geografia de Lisboa instalada na Corte em 1878. No seu entender, a primeira instituição possuía fins complexos e concentrava suas atividades nos estudos históricos.¹⁸ Para os fundadores da SGRJ, a segunda instituição mencionada “[...] preencheria por si plenamente os fins acima expostos, se não subsistisse a circunstância de ser apenas uma seção da Sociedade de Geografia de Lisboa”.¹⁹ Apesar das afirmações do visconde de São Januário, um dos fundadores da Sociedade de Geografia de Lisboa, de que “a ciência não tem pátria, e nas serenas regiões da verdade são todos irmãos de armas na grande batalha do progresso, e seja qual for a nacionalidade dos sócios nesta confraternidade científica, todos se identificam com o mesmo empenho [...]”.²⁰ Portanto, a SGRJ viria responder a uma demanda específica: preencher uma lacuna, constituir um verdadeiro centro de pesquisa, útil tanto do ponto de vista científico como prático:

[...] Não é demasiado recordar aqui as vantagens, que resultam em geral do estabelecimento de uma sociedade deste gênero; principalmente nos países como o Brasil, em que muito resta ainda verificar, quer com relação à sua extensão territorial, limites, orografia e hidrografia, quer com relação às imensas regiões, que ainda possui no abandono, e cujos recursos a ninguém tem sido dado apreciar devidamente, ou sobre os quais existem esparsos, sem a precisa coordenação, os poucos documentos, que antigos estudos por ventura conseguiram organizar.²¹

Com a criação da SGRJ buscava-se legitimar o conhecimento geográfico a partir de um lugar apropriado, ou seja, resguardando para si um espaço único e exclusivo. Na verdade, o IHGB não negligenciava os estudos geográficos; todavia, seu projeto de atuação estava intimamente ligado às demandas do aparelho estatal comprometido com o projeto de uma “memória nacional”, e à geografia cumpria o papel de auxiliar o IHGB nesta tarefa: “[...] A História e a Geografia apareciam, assim, vinculadas e interdependentes: a relação entre homens e espaço geográfico definiria os rumos da história nacional, resgatando dessa forma a sociedade brasileira”.²²

No IHGB, procurava-se coletar o maior número de documentos e informações geográficas e históricas, o que garantiria subsídios para os embates diplomáticos em caso de demarcação de limites territoriais com outras nações limítrofes ou no reconhecimento de regiões distantes e inóspitas. Os seus objetivos, a princípio, não se mostravam tão distantes dos da SGRJ quanto se imagina. A par disso, a reunião de intelectuais em congregações específicas, tal qual a SGRJ, propiciava a abertura de espaços de sociabilidade, onde valores, ideologias e a comunhão de idéias eram compartilhados. Tratava-se, assim, de um foro especializado que lhes dava legitimidade para discutir a problemática nacional. Circulando por outras instituições com as quais mantinham as relações de intercâmbio e de amizade, evidenciava-se o limite tênue entre os respectivos campos de conhecimento. A publicação de seus periódicos funcionava como um instrumento de comunicação entre outras instituições nacionais e estrangeiras fazendo, inclusive, propaganda das potencialidades nacionais, viabilizando, também, a imigração.²³

Nesse sentido, a SGRJ espelhava-se na política de governo. Por meio dos seus trabalhos procurava promover o ideal de uma nação civilizada nos trópicos. Para isso, teria que conhecer e dominar a

natureza.²⁴ De acordo com as palavras do barão de Teffé, sócio da SGRJ e um dos combatentes da Guerra do Paraguai, “[...] um país que preza a figurar a par das nações as mais adiantadas do globo, deve antes de tudo conhecer o seu próprio território”.²⁵

Um Espaço de Sociabilidades

A participação em várias instituições culturais, científicas e literárias constituía uma prática comum entre os intelectuais oitocentistas. Médicos, advogados e engenheiros militares e muitos funcionários públicos integravam o corpo social de associações específicas, a exemplo da Academia de Medicina, do Instituto dos Advogados Brasileiros, do Instituto Politécnico e do Clube de Engenharia, entre tantas outras:

[...] os profissionais dispunham de um sem-número de outras sociedades de caráter literário e cultural freqüentadas igualmente pela nata da intelectualidade da Corte. O Instituto Histórico e Geográfico (lá estavam entre outros os engenheiros Barão de Capanema e Paula Freitas), o Instituto dos Bacharéis, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (que cedia suas salas quando tumultos estudantis na Escola de Engenharia impossibilitavam as reuniões do Instituto Politécnico) [...] Todas elas trocavam entre si convites para as solenidades aniversárias e enviavam às sessões comemorativas das coirmãs suas graves comissões de representação. Tudo com um saboroso e indisfarçável toque provinciano.²⁶

A esse respeito, vale acrescentar que as associações de cientistas e de intelectuais formavam uma estrutura elementar de sociabilidade. Constituem lugares de fermentação da intelectualidade e também de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, pois, permitem, por intermédio de sua análise, verificar o funcionamento da adesão e da exclusão de membros, sobretudo por meio de amizades, fidelidades e influências exercidas, possíveis cisões e algumas tomadas de decisão, pois:²⁷

[...] a falta de formação universitária da maior parte dos nossos intelectuais, como consequência óbvia da falta de universidade no Brasil. Exceções: bacharéis, médicos, clérigos, engenheiros. Alguns detentores de curso médio, outros com curso primário apenas, e alguns até sem completá-lo. Presença marcante de autodidatismo nas letras e até na ciência.²⁸

A fim de obtermos uma melhor compreensão do projeto idealizado pelo senador Correia, traçamos um rápido perfil dos sócios-fundadores da SGRJ por meio do método da biografia coletiva, ou seja, a prosopografia, definida por Lawrence Stone como a “investigação das características básicas comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas”.²⁹

Diversos integrantes do quadro de fundadores tiveram seus nomes suprimidos na *Revista*. João Severiano da Fonseca Hermes, na memória que escreveu sobre a criação da SGRJ, em 1946, ao comentar esse fato, reporta-se às duas datas-chave: a de instalação e a de fundação, o que, na sua opinião, pode ser entendido como uma distinção simbólica e revela uma intenção pouco lisonjeira e “[...] em contradição com os próprios estatutos, que assinala que todos os que assistiram à instalação seriam sócios-fundadores”.³⁰ Seja como for, as datas festivas da SGRJ, a princípio, seriam sempre comemoradas ou no dia 25 de fevereiro ou em 16 de setembro.

Inicialmente, o quadro social era formado por apenas duas categorias de filiados, os efetivos e os correspondentes. As vagas eram ilimitadas para ambos. Para ser admitido na instituição, bastava ser indicado por outro membro. Tratando-se de uma instituição privada, seus rendimentos advinham

principalmente da classe dos sócios efetivos, na forma de pagamento de uma jóia de dez mil réis no ato de admissão e a mensalidade de mil réis que era cobrada trimestralmente, além de donativos e a venda dos exemplares dos estatutos e dos regulamentos, bem como a venda dos textos avulsos das conferências realizadas na SGRJ e de suas revistas ou boletins.

Da lista dos 92 sócios-fundadores, obtivemos informações de cerca de 70% do elenco original. No grupo, observa-se a presença de indivíduos naturais majoritariamente do Rio de Janeiro, seguindo-se dos nascidos nas províncias da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Piauí, Ceará, Alagoas, Paraíba, Paraná e Rio Grande do Sul. Originários de Portugal eram o jornalista Reinaldo Carlos Montoro e o negociante José Antunes R. de Oliveira Catrambi. Da França, o empresário francês Pedro Aleixo Gary, que realizou o primeiro contrato de limpeza pública no Brasil com o Governo Imperial entre 1876 e 1891, projeto que incluía a organização da limpeza da Corte, a remoção de lixo das casas e das praias e o posterior transporte para a ilha da Sapucaia.

Analisando a amostragem, prevalecem os formados em direito, seguem-se os médicos, engenheiros e os militares. Poucos realizaram seus estudos na Europa, a exemplo de Fernando Pires Ferreira, Ladislau Neto e Júlio Constâncio de Villeneuve. A opção pelas faculdades brasileiras deveu-se à expansão desses cursos: “[...] de Montpellier, a preferência passara para o Rio de Janeiro e Salvador, nos casos dos médicos. De Coimbra transferira-se para Pernambuco e São Paulo, quando se tratava dos bacharéis em Direito”.³¹

Dos sócios-fundadores cuja escolaridade é conhecida, à exceção dos já citados Fernando Pires Ferreira, Ladislau Neto e Júlio Constâncio de Villeneuve, todos os demais possuíam formação de nível superior em instituições brasileiras. Constatação que reforça a idéia de que o panorama educacional do final do século XIX difere da primeira metade, quando prevaleciam indivíduos formados em universidades européias, tal como no quadro de sócios-fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em que se destacava a formação jurídica de Coimbra. Seja como for, o quadro dos fundadores da SGRJ, do mesmo modo que o do IHGB, revela a existência de um grupo homogêneo tanto do ponto de vista cultural, quanto do ideológico: “[...] essas pessoas [...] pertenceriam aos segmentos mais abastados da população do Império. Ou então, suas famílias, mesmo não sendo ricas, deveriam desfrutar de benesses reais”.³²

A socialização nas escolas superiores, tal como indica José Murilo de Carvalho, produzia uma homogeneidade ideológica que indicava o seu caráter coletivo. Não por acaso, as faculdades seriam o melhor caminho para a socialização desses indivíduos, devido ao fato de existirem poucas instituições de ensino superior, da mesma forma no que diz respeito ao ensino secundário, fato que certamente possibilitava a continuidade desses laços de amizade na vida profissional e política.

Por outro lado, mesmo os menos favorecidos financeiramente poderiam ascender, dedicando-se às carreiras das armas, técnicas ou ainda eclesiástica³³. Isso sem falar nos egressos das escolas de direito e de medicina que provinham de famílias com recursos, visto que esses estabelecimentos cobravam taxas de matrícula e a mudança para as cidades onde se ministravam os cursos. A Escola Naval, também aparece, apesar da gratuidade de ensino, como uma alternativa para esses filhos de famílias ricas, onde a seleção era marcadamente discriminatória, exigindo também custosos enxovais. Todavia, a burocracia imperial era o fim de todos esses indivíduos, já que dificilmente os bacharéis seriam absorvidos pelo setor privado. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho:

[...] o problema do excesso de bacharéis gerou o fenômeno repetidas vezes mencionado na época da busca desesperada do emprego público por esses letrados sem ocupação, o que iria reforçar também o caráter clientelístico da burocracia imperial.³⁴

Em relação à SGRJ, num primeiro momento, constata-se a prevalência dos advogados, seguida de engenheiros e militares, enquanto os médicos formavam apenas 11% do quadro dos fundadores. Contudo, se atentarmos para o fato de que engenheiros e militares cumpriam currículos semelhantes, o quadro muda de figura. Revela equilíbrio entre os bacharéis em direito e os profissionais de carreiras de formação ligadas às ciências exatas.

Em relação aos engenheiros e militares, estes compartilharam o mesmo tipo de formação cultural e técnico-científica, principalmente em relação à Academia Militar. Mesmo após a criação da Escola Politécnica em 1874, “[...] a marca do prolongado convívio não se apagou, fazendo-se sentir na estrutura curricular e nos métodos de trabalho dos engenheiros”.³⁵ A respeito da ocupação de cada um desses profissionais:

[...] o engenheiro militar cumpre tarefas “em tempos de paz” demandadas por sua própria corporação ou pelo poder público, geralmente ligadas à Defesa Nacional e realizadas na maior parte das vezes em áreas pouco acessíveis do interior do país. Já o engenheiro civil, apesar de também atuar na construção de estradas de ferro, encontra nos centros urbanos que estão sendo intensamente transformados seu principal lugar de inserção profissional.³⁶

O título de engenheiro geógrafo poderia ser conquistado em três anos, em detrimento dos outros currículos, que duravam cinco anos. O que, de certo, influenciou a maior procura por essa especialização. A título de exemplo, entre os anos de 1874 e 1896, formaram-se 209 profissionais dessa especialidade na Escola Politécnica. O curso subdividia-se nas seguintes áreas: matemática, topografia, astronomia e geodésia, habilitando-os a realizar trabalhos abrangentes desde levantamentos topográficos até a confecção de cartas geográficas.³⁷

No que diz respeito à ocupação dos sócios-fundadores da SGRJ, nota-se que, independentemente da formação, cerca de 80% pertenciam ao aparelho de Estado, exercendo cargos no funcionalismo público, nas Forças Armadas e no poder legislativo. No caso dos engenheiros, havia forte concentração de profissionais no setor ferroviário, afinal, “[...] sem recursos próprios, dependentes de favores do governo e às voltas com a crônica escassez de capitais e de sócios para os empreendimentos, poucos foram os que obtiveram algum sucesso”.³⁸

Dentre os engenheiros, vale ainda salientar certas figuras emblemáticas, como Alfredo d’Escagnolle Taunay, Carlos César de Oliveira Sampaio, Antonio de Paula Freitas, André Gustavo Paulo de Frontin, Francisco Pereira Passos, Luiz Rafael Vieira Souto, personalidades que estiveram à frente de inúmeros projetos de obras públicas, como a construção de estradas de ferro, explorações geográficas, higiene pública e saneamento urbano da Corte. Alguns desses engenheiros também exerceram o magistério na Escola Politécnica e participaram da fundação do Clube de Engenharia em 1880.

Ainda em relação aos militares, cabe destacar a figura de Luiz Antonio von Hoonholtz, o barão de Tefé. Destacou-se como militar e também em atividades científicas. Formado pela Academia da Marinha, participou de importantes missões, inclusive da Guerra do Paraguai. No âmbito científico, dentre outras comissões, realizou levantamentos para a determinação dos limites entre o Brasil e o Peru, o que lhe valeu o título de barão. Participou também do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Central de Imigração. Realizou a observação da passagem do planeta Vênus nas Antilhas em 1883, cujo relato está também publicado na *Revista* da SGRJ.

Em relação aos médicos, à exceção do sócio Fernando Pires Ferreira, que teve sua formação concluída em Paris, todos os demais concluíram seus estudos nas faculdades de medicina da Bahia ou

do Rio de Janeiro. Essas duas instituições brasileiras tiveram uma forte tradição em medicina clínica durante o século XIX, “[...] pois fora das cidades, não havia virtualmente nenhuma organização de saúde particular ou pública, e a maioria dos brasileiros vivia em condições de pobreza e doença”.³⁹ Fernando Pires Ferreira, Feliciano Pinheiro de Bittencourt, Alexandre Afonso de Carvalho, Henrique Francisco dos Santos Reis, Henrique Cesidio Samico, Francisco Marques d’Araújo Góis, João Pires Farinha se notabilizaram pela presença nos campos da política e do funcionalismo público, nesse caso atuando em hospitais ou como professores das escolas de medicina.

As informações obtidas sobre as trajetórias profissionais dos advogados sócios-fundadores da SGRJ revelam atuação destacada na esfera política e no funcionalismo público. Não é demais assinalar o desempenho de homens públicos como: João Alfredo Correia, Franklin Américo de Menezes Dória, José Lustosa da Cunha Paranaguá, Tristão de Alencar Araripe, Manoel Francisco Correia e Dominique Horace de Barral.

Manoel Francisco Correia, bacharel em direito, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, ocupou diversas funções públicas. Na política, elegeu-se deputado e foi escolhido senador pela província do Paraná em 1877. Foi ministro da pasta de Estrangeiros entre 1871 e 1873, tendo sido presidente da província de Pernambuco em 1862. Dirigiu, também, o primeiro recenseamento da população do Império, na função de chefe da Repartição de Estatística. Homem ilustrado, dedicou-se à causa da instrução pública, instituiu as conferências públicas na Escola da Glória, fundou e presidiu instituições, como a Sociedade Promotora de Ensino⁴⁰ e também foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

José Lustosa da Cunha Paranaguá completou seus estudos em Olinda. Presidiu as províncias do Maranhão em 1858, Pernambuco em 1865 e Bahia em 1881. Exerceu diversos cargos de magistratura, aposentando-se com as honras de desembargador em 1878. Foi deputado e senador pela província do Piauí. Conselheiro do Imperador, exerceu também a função de ministro do Império em 1859; da Justiça da Guerra e dos Estrangeiros em 1866, durante a Guerra do Paraguai; da Guerra em 1878; da Fazenda e presidente do Conselho de Ministros em 1882 e, finalmente, ministro dos Estrangeiros em 1885. Sua passagem na política foi marcante até a instauração do regime republicano, quando optou por afastar-se da vida pública. Permaneceu à frente da presidência do grêmio desde a sua fundação até 1912, ano em que faleceu.

Seus laços familiares ainda nos indicam fortes relações de sociabilidade com as esferas do poder monárquico; era genro do barão de Montserrat, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, que fora também presidente das províncias da Bahia e de Pernambuco. Suas filhas casaram-se com figuras de destaque do aparelho de Estado, tais como o *doublé* de político e escritor Franklin Menezes Dória, o barão de Loreto, o desembargador Serafim Moniz Barreto e o diplomata Dominique Horace de Barral. Esse último era filho de um nobre francês, o conde de Barral da França. Educado na França, exerceu a função de diplomata na embaixada de Roma. Sua genitora era Luíza Margarida Portugal de Barros, a condessa de Barral, amiga pessoal do Imperador.

Em 1888, o marquês de Paranaguá foi admitido sócio do IHGB, integrando, em seguida, a comissão de Geografia Política. O novo integrante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pronunciou um discurso, no qual ressaltava o papel das duas instituições: “[...] ambas foram criadas com o mesmo fim – o estudo da geografia tão útil para o país e, portanto, a sua admissão no Instituto é mais um laço de confraternidade entre as duas associações”.⁴¹ Em seguida, Escragnolle Taunay reforçava essa união, comentando que: “[...] Instituto Histórico e Geográfico devassando o passado e a Sociedade aclarando

pelo estudo do futuro estreitam-se em um verdadeiro amplexo de ciência e patriotismo, operando mutuamente pela grandeza da pátria”.⁴² Além disso, vale acrescentar que, entre os anos de 1906 e 1907, Paranaguá ocupou a função de presidente do IHGB.

Participou, também, da instalação da SGRJ, o Dr. Ladislau de Souza Neto, formado em ciências naturais na França, responsável pela Seção de Botânica do Museu Nacional, de onde se tornou diretor-geral em 1875. Representou o Império na Exposição de Chicago e também no Congresso de Berlim, em 1888, delegado da SGRJ e membro da comissão de Geografia Americanista. Ladislau Neto inaugurou, em 1876, a revista trimestral do Museu, denominada *Arquivos do Museu Nacional*, transformando-se num “museu científico nacional”⁴³.

Comparando o elenco dos fundadores da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e o quadro social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no ano de 1889, percebemos algumas semelhanças: o funcionalismo público, a política, a carreira militar constituíam as principais ocupações dos sócios. Identificamos, ainda, a presença de *doublés* de engenheiros e empresários, a exemplo dos sócios engenheiros Luiz Rafael Vieira Souto e Francisco de Paula Mayrink. De maneira geral, podemos constatar que no panorama da fundação da associação predominavam indivíduos de origem dos setores urbanos, ligados ao aparelho de Estado, quadro que se mostra não diferente do que acontecia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Quanto aos titulados, computamos sete sócios condecorados com títulos de nobreza pelo Imperador D. Pedro II. Esses indivíduos adquiriram os foros da nobreza brasileira pelos bons serviços prestados ao trono.⁴⁴ Dois indivíduos obtiveram o título de conde romano, honraria concedida àqueles que se destacaram por atividades desempenhadas em benefício da Igreja Católica. Como exemplo, Júlio Constâncio de Villeneuve, o conde de Villeneuve, contemplado pelo Papa Leão XIII em 1883, e Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior, o conde de Afonso Celso, agraciado em 1905 pelo Papa Pio X. Vale acrescentar que o conde de Villeneuve, formado em direito na França, foi diplomata e proprietário do *Jornal do Commercio* até 1889, quando decidiu vender o periódico, pois se considerava um monarquista fiel ao Imperador.⁴⁵

No elenco dos fundadores, vale ainda registrar a presença de proprietários de outros veículos de informação. Octaviano Hudson, tipógrafo da *Tipografia Nacional* e jornalista do periódico *O Paiz*, “figura conhecida pela febre da propaganda em favor de tudo que lhe parecia nobre e generoso”.⁴⁶; e José Antonio dos Santos Cardoso, tipógrafo de profissão, trabalhando em vários estabelecimentos, inclusive a Tipografia Perseverança, onde foram impressas as primeiras revistas da SGRJ, além de ser proprietário do *Correio Mercantil* e um dos organizadores do *Almanak Laemmert*.

Sobre a origem socioeconômica dos sócios, a maior parte descendia de militares, a exemplo de Júlio Constâncio de Villeneuve, Luiz Antônio von Hoonholtz, Henrique de Beaurepaire Rohan e José Lustosa da Cunha Paranaguá, ainda os sócios João Franklin S. Távora, Joaquim Saldanha Marinho, Joaquim Galdino Pimentel e Tristão de Alencar Araripe. De políticos, os associados Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior, Antônio de Araújo de Aragão Bulcão, Antônio Herculano de Sousa Bandeira, Francisco Antonio Pimenta Bueno, Henrique do Rego Barros, Luis Rafael Vieira Souto, Manoel Francisco Correia Junior. Eram filhos de funcionário públicos o visconde de Taunay, Francisco Marques d’Araújo Góis, João Pires Farinha e Manoel Francisco Correia. Como se constata, tratava-se de um elenco marcado por fortes ligações com a Coroa.

Entre os anos de 1883 e de 1889, a presença do Imperador D. Pedro II foi constante na SGRJ, tal qual ocorria no IHGB. Vale ainda lembrar que, nos impedimentos, o Imperador fazia-se representar

pelo conde d'Eu e pela princesa Isabel. Seja como for, a visita do Imperador ou de seus representantes demandava um ritual, incluindo a eleição de uma comissão encarregada de recebê-los.

Semelhante ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as reuniões ordinárias seguiam um roteiro formal: aprovação da ata da sessão anterior; exame de cartas, publicações, documentos e demais papéis recebidos. Ao expediente, seguia-se a ordem do dia, momento em que eram dirigidos à mesa-diretora pareceres, proposições e processos de admissão de novos membros. Na segunda parte da ordem do dia, os sócios poderiam pedir a palavra e fazer a leitura de nova obra ou dissertar sobre qualquer assunto de interesse da SGRJ, o que se estendia, às vezes, por mais de uma sessão. As intervenções, contudo, eram poucas. Para responder a essas demandas, a instituição estruturava suas atividades em comissões científicas que seriam ampliadas posteriormente. A instituição realizava, além de sessões ordinárias, conferências, e incentivava a participação e a promoção de congressos científicos e explorações científicas, bem como o intercâmbio com outras associações congêneres nacionais e estrangeiras.

A princípio, entraram em funcionamento apenas quatro comissões científicas. A comissão de Geografia Física tratava das questões referentes às formações do solo, configuração dos vales, clima, rios, dimensões dos mares, altitudes de montanhas; era composta pelos sócios: Tristão de Alencar Araripe, Francisco Antonio Pimenta Bueno e o barão de Tefé; a comissão de Geografia Política centrava-se no exame das organizações sociais e políticas dos estados, língua, população, o grau de civilização e riquezas; era composta pelos sócios: Manoel Francisco Correia, Conde de Affonso Celso e Antonio Herculano de Souza Bandeira; a comissão de Geografia Matemática se direcionava para o estudo da descrição da Terra, as formas e as relações com os corpos celestes, marcação de posições e representação de sua superfície sobre cartas ou mapas; era composta pelos sócios: Manoel Pereira Reis, Joaquim Galdino Pimentel e Henrique de Beaurepaire Rohan. A comissão de Geografia Americanista privilegiava como objeto de estudo as tribos indígenas e sua cultura; era composta pelos sócios: João Pires Farinha, Reinaldo Montoro e Ladislau de Souza Neto.

O Surgimento de um Periódico Especializado

Em 1885, quando começaram a ser editadas as publicações da SGRJ na forma de boletins ou de revistas trimestrais, iniciaram-se efetivamente as atividades acadêmicas.⁴⁷ O Imperador D. Pedro II participou de diversas sessões do grêmio, tendo assistido às conferências: “Dicionário Geográfico”, de Augusto Moreira Pinto; “Meridiano Magnético Meteorológico”, de Adolpho Pereira Pinheiro; “Estrada de Ferro Madeira–Mamoré” e “Comunicação do Rio Madeira com os Rios Araguaia e das Mortes”, ambas de autoria de Julio Pinkas. Esse último, engenheiro admitido no quadro social em 1885, receberia elogios do marquês de Paranaguá e do Governo Imperial, além da distinção de comendador e oficial da Ordem da Rosa pelos serviços prestados na chefia da Estrada de Ferro Madeira–Mamoré.⁴⁸

Entre os anos de 1885 e 1894, o engenheiro Antonio de Paula Freitas, então redator-chefe da *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, organizou uma seção no periódico intitulada “Noticiário”. Na verdade, constituía-se de uma seleção de notas transcritas de diversos jornais e periódicos de interesse “geográfico”. Além disso, também se destacava a repercussão das atividades da instituição. À guisa de exemplo, em 1888, publicava-se uma notícia de três páginas sobre a realização da “Exposição Geográfica Sul-Americana”, evento comemorativo do quinto aniversário da SGRJ.

O projeto partira do presidente da instituição, o marquês de Paranaguá, que idealizou uma exposição pública de trabalhos gráficos que fossem interessantes para a América do Sul.⁴⁹

Participaram do certame, que teve lugar na Escola Politécnica, os seguintes países: Chile, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Argentina. Foram ocupadas seis salas da Escola, além de uma galeria. A mostra, a princípio, havia sido marcada para 16 de setembro de 1888, data de aniversário de instalação da SGRJ, porém, devido ao atraso no envio da remessa dos objetos, decidiu-se adiar a abertura para 23 de fevereiro, data da primeira sessão preparatória da instituição, realizada sob a presidência de Manoel Francisco Correia. Diversas instituições nacionais concorreram para o evento, tais como: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Escola Politécnica, Arquivo Militar, Museu Nacional, Observatório Imperial, Arquivo Público do Império, Repartição Hidrográfica, além da biblioteca particular do Imperador e de materiais provenientes das províncias do Espírito Santo, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Sergipe, Bahia, Pernambuco e Goiás.

Outros informes selecionados por Paula Freitas também diziam respeito sobre as atividades acadêmicas da instituição, a exemplo do noticiário sobre “O meteorito de Bendegó”, publicado em 1888. A “pedra extraordinária” já era conhecida desde o final do século XVIII. Muitos naturalistas conheceram *in loco* o objeto, ao excursionarem pelo país – a exemplo de Spix e Martius –, retirando, inclusive, pequenos fragmentos que eram, então, enviados a vários museus, tais como os de Munique, Petersburgo, Berlim e Copenhague. Em 1886, D. Pedro II achava-se na Europa, quando recebeu a visita de cientistas da Academia de Ciências de Paris, que lhe pediram, *em nome da ciência*, que fosse realizada a remoção do objeto do interior da Bahia. No ano seguinte, o Imperador chamou o engenheiro José Carlos de Carvalho para realizar o transporte do meteorito, seguindo as instruções do geólogo norte-americano Orville Derby e encarregou a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro de tomar as providências para tal empreendimento. O traslado do meteorito foi relatado em vários periódicos da época, nacionais e estrangeiros. Em 1889, por ocasião da Exposição Universal em Paris, enviou-se uma réplica de madeira em tamanho natural.

Outras “manchetes” que mereceram destaque foram: a “Observação da passagem de Vênus em 1882” pela comissão chefiada pelo astrônomo Luiz Cruls, então diretor do Imperial Observatório. Exploradores estrangeiros também ganharam espaço no “Noticiário”, a exemplo da notícia de três artigos publicados no Boletim da Sociedade de Geografia de Lille, de autoria de Henri Coudreau, sobre “As condições presentes do Brasil”. Mereceram espaço no periódico as seguintes notícias: “A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro”; “A velocidade do vento no alto da torre Eiffel”; “Sociedade Astronômica Internacional”, “A Exposição de 1892 nos Estados Unidos da América do Norte”; “A descoberta da América”; “O Pará e o Amazonas em 1888”; “Exploração de Mato-Grosso”; “O decreto de 15/12 sobre a grande naturalização”; “Trabalhos geológicos e geográficos do Brasil”; “Ossadas fósseis”, entre outros.

A fim de facilitar a aceitação de documentos, mapas, memórias ou qualquer trabalho, a SGRJ formulou um “Questionário Geográfico” que servia como um guia dos assuntos que seriam mais relevantes aos estudos da associação, em prol do progresso da geografia brasileira, que foi também publicado no *Jornal do Commercio* no mesmo ano. Esse documento era constituído de 26 questões, entre as quais se destacavam: os aspectos físicos gerais e suas descrições; a estatística geral da população brasileira; os limites geográficos; o comércio regional; as tribos, as suas localizações e seus costumes; fenômenos meteorológicos; a climatologia; além de roteiros, memórias, descrições de viagens e, por fim, se pretendia produzir um dicionário de termos geográficos. As propostas de estudo formuladas demonstravam suas concepções sobre o que deveria ser divulgado nos periódicos do grêmio.

Geralmente, após o recebimento dos trabalhos, uma comissão acadêmica era selecionada para avaliá-los; todavia, estes eram ordinariamente publicados.

A SGRJ também se fez representar em importantes congressos internacionais de geografia e de estudos americanistas: 7º Congresso de Americanistas (Berlim, 1888), 1º Congresso Geográfico Italiano (Roma, 1902), 2º Congresso Científico Latino-Americano (Uruguai, 1901), 8º Congresso Internacional de Geografia (EUA), 4º Congresso Científico Latino-Americano (Chile, 1908-1909), 9º Congresso Internacional de Geografia (Suíça, 1908), 16º Congresso de Americanistas (Áustria, 1908), 4º Congresso Médico Latino-Americano (Brasil, 1909).

Dentre as principais iniciativas tomadas no período 1883-1909, destacam-se: a transferência do meteorito de Bendegó (1887) da Bahia para o Museu Nacional, sob a orientação dos sócios, os engenheiros José Carlos de Carvalho, Humberto Antunes e Vicente José de Carvalho; a exploração da província do Mato Grosso por uma comissão chefiada pelo capitão Antonio Lourenço Telles Pires (1888); a primeira Exposição de Geografia Sul-Americana (1889), que teve lugar na Escola Politécnica. Além disso, participou da organização do 3º Congresso Científico Latino-Americano realizado no Rio de Janeiro em 1905 e do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia realizado na capital em 1909.

Diversos cientistas e exploradores de renome, estrangeiros e nacionais, proferiram conferências nas salas da instituição, tais como: o geógrafo francês Élisée Réclus, o naturalista alemão Carl von den Steinen, o professor de Etnologia da Universidade de Gênova, Giovanni Rossi, e o explorador e oceanógrafo francês Jean Charcot. Dentre os brasileiros, há que se salientar o barão Homem de Mello, Antonio de Paula Freitas, o barão de Teffé, José de Carvalho, Paulo de Frontin, Francisco Antonio Pimenta Bueno, Francisco Maurício Draenert, Lourenço Baeta Neves, Henrique Silva e José Arthur Boiteux, dentre outros.

A Sociedade e o Advento do Novo Regime

Com o advento da República, diversas instituições criadas no Império e que desfrutavam das atenções de D. Pedro II eram vistas com desconfiança pelos novos donos do poder, a exemplo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. A troca do regime transformou a rotina acadêmica e administrativa da entidade. Todavia, a SGRJ empenhou-se em promover a publicidade das atividades científicas desenvolvidas, buscando chamar o “interesse do público”, em especial dos governantes para a sua utilidade pública para a nação.

As dificuldades decorrentes do advento da República podem ser percebidas por meio da análise das cartas trocadas entre o marquês de Paranaguá e o Conselheiro José Antonio Saraiva. A correspondência revela uma suposta perseguição política por parte do marechal Floriano, que em 1890 convidou Paranaguá para depor no Gabinete Militar. Saraiva, muito apreensivo, recomendou-o inclusive a se retirar da Capital.⁵⁰ A perseguição iniciada com a violação das cartas pessoais de Paranaguá aparece mencionada nas atas do periódico da SGRJ. Alguns anos depois, em sessão de 21 de julho de 1898, Paranaguá relatava a violação de uma carta de Portugal, que se referia ao agradecimento pela admissão de um consórcio da associação. Ao que tudo indica, sua correspondência fora censurada diversas vezes, “[...] depois de abertas no Correio, entregues com a simples nota – fechada oficialmente”.⁵¹ Em resposta à reclamação, Victorio da Costa, então diretor dos Correios, afirmava que a apreensão não implicava ato de desconfiança ou falta de consideração em relação à entidade, mas simplesmente “[...] obediência

a disposições claras e terminantes da legislação postal em vigor”.⁵² Articulado politicamente com a monarquia, o marquês de Paranaguá abandonou a carreira política com a queda do Império, todavia Paranaguá permaneceu em evidência, recebendo pedidos de favores pessoais e elogios públicos.

Apesar do dissentimento inicial com os novos dirigentes, percebe-se a abertura de um canal de comunicação da instituição com o novo regime. Por exemplo, o ministro do Interior Cesário Alvim cedia um antigo depósito do Paço Imperial, localizado na rua Sete de Setembro para a associação, local anteriormente ocupado pela Repartição de Estatística e na época ocupado pelo Museu Comercial e pela Academia do Comércio. Permaneceu ali instalada, a SGRJ, por mais de 20 anos.⁵³

Todavia, a instituição continuava enfrentando sérias dificuldades financeiras, o que redundava em atrasos na publicação da *Revista*, que, entre os anos de 1902 e 1906, teve sua edição interrompida, posteriormente reeditada a partir de 1912. Além disso, a frequência dos sócios baixara a tal ponto que não alcançava quorum suficiente para a realização das sessões. Vale notar que o grêmio apenas subsistia do pagamento da jóia no ato da admissão dos sócios e de doações em dinheiro de simpatizantes – tratava-se de uma instituição particular. Desanimado, o presidente da associação, o marquês de Paranaguá, afirmava que “[...] o estado financeiro da Sociedade de Geografia [...] é o mais precário possível”;⁵⁴ mais adiante, fazia um apelo “[...] aos homens de boa vontade, amigos das instituições científicas, para que ajudem a manter essa associação, que já tem prestado alguns serviços ao país e que ainda pode prestar-lhe outros mais relevantes”.⁵⁵

Apesar dos percalços, a associação permaneceu fiel aos seus objetivos, participando ativamente do cenário cultural e político da nação brasileira, desenvolvendo suas atividades acadêmicas, concorrendo em certames nacionais e internacionais, a exemplo da Terceira Reunião do Congresso Científico Latino-Americano realizada no Rio de Janeiro em 1905. O evento contribuiu para a retomada do prestígio da SGRJ. Em 1901, os preparativos para a Terceira Reunião começaram a ser realizados no IHGB com a presença do ministro do Uruguai no Brasil, Frederico Susviela Guarch. No ano seguinte, as reuniões passaram para o âmbito da SGRJ, que a partir desse momento ganhou o *status* de sede do evento, ficando sob a sua responsabilidade a elaboração do regulamento e da programação, a emissão de circulares, boletins e fichas de inscrição. O certame contou com a participação e a colaboração de diversas instituições científicas e culturais nacionais e estrangeiras abrangendo cerca de 13 países da América Latina. Havia uma preocupação de se instaurar um fórum de discussão permanente, semelhante aos que já aconteciam na Europa.⁵⁶ Vale notar que, ao findar o evento, a SGRJ reformulou os seus quadros sociais, aumentando consideravelmente o número de associados e retomou a prática de promover os ciclos de conferências, garantindo a manutenção de suas atividades acadêmicas.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia

A iniciativa para a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia partira do sócio José Arthur Boiteux que, em 1908, sugeriu à SGRJ a promoção de um congresso geográfico cujo objetivo era comemorar os 87 anos da Independência Nacional.⁵⁷ O projeto foi unanimemente aprovado e tão logo criada uma comissão organizadora a fim de promover o certame e de instituir o seu regulamento.⁵⁸ O empenho da SGRJ, em especial de José Boiteux, foi significativo para a concretização do evento.⁵⁹ Um total 68 instituições aderiu ao evento. Nota-se a maior participação das regiões Sudeste e Sul do país, com destaque para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Percebe-se, também, a maior incidência de estabelecimentos de ensino secundário do país, em comparação com o número de instituições de ensino superior e de associações científicas e culturais.

Em 7 de setembro de 1909, no Palácio Monroe, iniciaram-se as atividades do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, com a presença do presidente da República Nilo Peçanha e outras altas autoridades, num total de 140 participantes. O general Thaumaturgo de Azevedo, então presidente do certame, ao pronunciar o discurso de abertura, ressaltou que para uma nação independente há 87 anos, tão extensa e ao mesmo tempo tão desconhecida, era necessário estar a par dos avanços científicos para descortinar o interior e em seguida explorar os seus recursos naturais. Atribuía a Humboldt e ao geógrafo francês Élisée Réclus o desenvolvimento da geografia em bases científicas, ao mesmo tempo em que considerava determinantes as inovações tecnológicas, como o telégrafo e a ampliação das vias de comunicação, como meios de legitimação do conhecimento geográfico.

No âmbito acadêmico, os trabalhos do Primeiro Congresso foram estruturados em 12 sessões. Para cada uma delas havia uma comissão científica encarregada de avaliar o mérito das memórias, mapas e monografias, por meio de pareceres e comentários técnicos, a saber: Geografia Matemática e Cartografia; Geografia Física e Política; Vulcanologia e Sismologia; Hidrologia, Potamografia e Limnologia⁶⁰; Oceanografia e Correntes Marítimas; Meteorologia, Climatologia e Magnetismo; Geografia Biológica; Geografia Botânica e Zoogeografia; Antropologia e Etnografia; Ensino de Geografia, Regras e Nomenclatura; Geografia Histórica e Explorações Geográficas.⁶¹

As monografias ou mapas selecionados pelos comitês foram publicados nos *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia*. Os 12 volumes registram a organização, as sessões científicas, os atos solenes, os discursos e os trabalhos expostos. De um total de 108 comunicações apresentadas, apenas 33 foram escolhidas para publicação. O Relatório Geral do certame sintetiza todas as atividades e oferece uma listagem com os nomes dos participantes, sua formação e/ou ocupação, bem como as principais conclusões de cada comissão científica, os trabalhos e memórias oferecidos.

Seja como for, as resoluções do Primeiro Congresso basearam-se nos trabalhos apresentados e nos debates travados durante as sessões científicas. A primeira resolução da comissão organizadora previa a realização periódica de um congresso anual de geografia, sempre na data do aniversário da Independência do Brasil. Assim, de imediato, planejou-se convocar um segundo congresso para 1910, a ser realizado na cidade de São Paulo. Também foram apresentadas algumas moções, tais como a revisão da nomenclatura das cidades, vilas, montanhas e outros acidentes geográficos. Além disso, a reforma do ensino e o problema da elaboração de mapas cartográficos eram temas constantemente ressaltados. Mereceram destaque as atividades desenvolvidas pelo general Cândido Rondon, então chefe da Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas. Salientava-se, sobretudo, o tratamento de Rondon com os autóctones. Seja como for, os debates travados e as propostas apresentadas nas comissões científicas demonstravam que o problema da falta de informações sobre o *hinterland* brasileiro era real.

Vale acrescentar que, ao final do evento, como complemento dos trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, inaugurava-se a Exposição Brasileira de Cartografia na sede da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre os dias 22 e 30 de setembro. Poucos estados participaram da Exposição, com exceção de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, esse último representado pelo engenheiro Pedro Cardoso, chefe da Comissão Geográfica e Geológica. Alguns representantes justificavam a ausência, como Jerônimo de Souza Monteiro, governador do estado do Espírito Santo, que, em ofício enviado à Comissão Organizadora, afirmou que “[...] as cartas geográficas que o Estado

possui são incorretas, eivadas de erros, motivos por que não as faz remeter para a Exposição”.⁶² Uma outra correspondência, de Antônio Francisco de Gouveia, primeiro vice-presidente do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, relatou a existência de pouquíssimos exemplares e que não os remeteria devido à possibilidade de extravio.⁶³ De qualquer forma, apesar das inúmeras dificuldades, a Exposição Brasileira de Geografia contou com a apresentação de 231 mapas, incluindo plantas, perfis de rios e cartas geográficas dos estados. Mereceu atenção especial um grande mapa das estradas de ferro do engenheiro Ernesto Antônio Lassance Cunha.

A análise dos sumários dos 12 volumes dos *Anais do Primeiro Congresso* revela algumas questões que merecem ser levantadas. A primeira diz respeito à retomada de um certo prestígio da instituição, certamente associada aos seus quadros sociais renovados. Outra implica a tentativa de legitimação da disciplina enquanto um campo científico num congresso de âmbito nacional. Percebemos o esforço da SGRJ em dar à geografia no Brasil padrões científicos, seguindo as recomendações do Congresso Geográfico Internacional de Genebra realizado em 1908. Esse esforço aludia não só nas atividades de gabinetes, mas também nos estudos de campo e na reforma de ensino. Nesse sentido, além da proposta de novos métodos de ensino e de trabalhos mais precisos, como a Carta Geral do Brasil, salientava-se a necessidade de criação de uma cadeira de Geografia Física nos cursos universitários. Em que pese o caráter científico dessas proposições, há de se destacar o seu lado pragmático, comprometido em contribuir para o melhor conhecimento do território nacional, sua ocupação e a exploração de suas riquezas.

Considerações Finais

A reunião de intelectuais e cientistas em congregações específicas, tal qual a SGRJ, propiciou a formação de espaços de sociabilidade, onde valores, ideologias e a comunhão de idéias eram muitas vezes compartilhados.⁶⁴ COELHO, op. cit., p. 96.

Tratava-se, assim, de um foro especializado que lhes dava legitimidade para discutir a problemática nacional. A necessidade de conhecer com profundidade a nação brasileira de norte a sul apontava que, com a interiorização, certamente, deveriam ser encontradas terras e riquezas abundantes.

Porém, o interesse de se criar uma geografia “nacional” não dispensava a contribuição de vários exploradores estrangeiros que, aliás, tanto a SGRJ como outras instituições semelhantes, acolhiam com grande receptividade. A permuta de seus periódicos atendia ao propósito de servir como um instrumento de comunicação com outras entidades congêneres. Afinal, transformar a sociedade brasileira numa nação compreendia também a divulgação de suas potencialidades; difusão esta feita por meio de explorações e relatórios e por intermédio do intercâmbio de revistas e/ou trabalhos com outras instituições congêneres nacionais e/ou estrangeiras.

A associação desenvolveu um projeto acadêmico que sistematizava os conhecimentos geográficos disponíveis, de modo a contribuir para minimizar os problemas decorrentes da formação de um país recém-independente. Tal projeto, iniciado nos últimos anos do regime imperial, teve continuidade com o advento da República, embora, em um primeiro momento, os novos donos do poder tivessem encarado a instituição como um representante do Antigo Regime. Se nos primeiros anos de atuação o reduto científico atuou como um “grande repositório de informações e documentos”, em outro momento esse manancial de dados seria utilizado para reforçar a compreensão dos problemas nacionais.

É inquestionável que, com a criação das faculdades de filosofia na década de 1930, a disciplina ganhou um novo impulso no campo teórico. Entretanto, não se pode ignorar o papel desempenhado pelos membros da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro – médicos, engenheiros, advogados, jornalistas, profissionais liberais, funcionários públicos e empresários, que ao seu modo fizeram um esforço para a institucionalização dos estudos de Geografia no Brasil.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Luciene P. Carris Cardoso, mestre em História e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Registramos o apoio recebido pela CAPES e FAPERJ para a realização deste trabalho. A autora agradece a todos aqueles que contribuíram para a realização da dissertação, bem como aos funcionários e pesquisadores do Museu de Astronomia e Ciências Afins, em especial à Prof. Dra. Ana Maria Ribeiro de Andrade e à bibliotecária Lúcia Lino, chefe da biblioteca. Agradecimentos especiais à Sociedade Brasileira de Geografia, à Prof. Dra. Lúcia Maria P. Guimarães e aos pareceristas da Revista da SBHC, pelos comentários e sugestões. e-mail: lucienecarris@uol.com.br

- 1 Figueiró, Sílvia F.M. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). In: *Asclépio, Revista de história de la medicina y de la ciencia*, Madrid, v. L, fase 2, 1998. p. 107-123.
- 2 CAPEL, Horácio. *Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporanea: una introducción a la Geografía*. Espanha: Editorial Barcanova Temas Universitários, 1983. p. 175.
- 3 *Ibidem*, p. 176.
- 4 LÓPEZ-ÓCON, Leoncio C. Les Sociétés de Géographie: un instrument de diffusion scientifique en Amérique Latine au début du XXe. Siècle (1900-1914). In: PETITJEAN, Patrick. (Ed.) *Les sciences coloniales. Figures et institutions*. Paris: Orstom éditions, 1996. p. 79-85.
- 5 *Ibidem*, p. 83.
- 6 CAPEL, op. cit.
- 7 Outra contribuição também recente analisa a trajetória da SGRJ. A esse respeito, ver: PEREIRA, Sérgio Luiz Nunes. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-194)*. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- 8 Cf. FIGUEIRÓ, Sílvia F.M. Marcos para uma história das ciências no Brasil. In: _____. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 15-32.
- 9 Os idealizadores da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro eram: Adolfo Paulo de Oliveira Lisboa, Alexandre Afonso de Carvalho, Antônio Coelho Rodrigues, Antônio de Paula Freitas, Antônio José Henriques, Fernando Mendes de Almeida Francisco, Manuel Cordeiro de Souza, Henrique Cesídio Samico, Henrique de Beaurepaire Rohan, João Joaquim Pizarro, João Pires Farinha, José Antunes R. de Oliveira Catrambi, Licínio Chaves Barcelos, Luís Álvares de Oliveira Macedo, Manoel Francisco Correia e Venceslau Guimarães. Segue a transcrição do convite: "Desejando os abaixo assinados fundar nesta cidade uma Sociedade de Geografia, à semelhança das que existem em quase todas as cidades importantes, vêm rogar a V.ex., no caso de aderir a este propósito, se digne, comparecer no domingo 25 do corrente às 12 horas do dia, no edifício da Escola da Glória, à Praça Duque de Caxias". Ata da sessão de fundação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 178, 1885.
- 10 ARARIPE, T.A., BUENO, F.A.P.; FREITAS, A.P. Introdução. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7, 1885.
- 11 Figueiroa, 1998, p.104.
- 12 Cf. FONSECA, Maria Rachel F. da. As conferências populares da Glória: a divulgação do saber científico. *Revista Manguinhos, História, Ciências e Saúde*, Rio de Janeiro, Fiocruz, v. 2, n. 3, nov. 1995-fev. 1996.
- 13 HERMES, João Severiano Fonseca. Como foi fundada a Soc. de Geografia do Rio de Janeiro. *Rev. da Sociedade Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 56, p. 44, 1946.
- 14 *Ibidem*.
- 15 *Ibidem*.
- 16 O Senador Manuel Francisco permitiu que a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro utilizasse as salas da Escola Barão do Rio Doce na Freguesia da Glória para as sessões, atualmente Escola Amaro Cavalcanti no Largo do Machado. A falta de uma sede própria acompanhou a trajetória institucional da SGRJ, acarretando muitos prejuízos para o seu arquivo e biblioteca.
- 17 FREITAS, Antonio de Paula. Discurso na sessão ordinária de 10 de novembro de 1890. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 235, 1891.
- 18 *Ibidem*.
- 19 *Ibidem*.
- 20 ZUSMAN, Perla B. *Sociedades Geográficas na promoção do saber a respeito do território: Estratégias: políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1782-1942) e no Brasil (1838-1945)*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 107. Segundo a autora, a criação da seção filial da Sociedade de Geografia Lisboa no Brasil inseria-se nos objetivos de sua matriz portuguesa, ou seja, o compromisso com a política expansionista do governo português. Assim, participar de tal projeto implicaria a submissão da nação brasileira ao reino português.
- 21 ARARIPE et al., op. cit., p. 3.
- 22 FIGUEIRÓ, Sílvia F.M. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 81.
- 23 COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 96.
- 24 Cf. DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. *Ciências no processo de exploração dos recursos naturais*. Notas Técnicas, Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, n. 005, 1997.
- 25 Hoonhltz, Luiz Antonio von. *Exploração do Rio Xingú e homenagem tributada aos seus exploradores*. *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 62, 1885.

- 26 COELHO, op. cit., p. 96.
- 27 SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: EdURJ, 1996. p. 231-270.
- 28 Machado Netto, Antônio Luís. Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930. São Paulo: Grijalbo/EdUSP, 1973. p. 102.
- 29 Cf. STONE, Lawrence. Prosopography. In: GILBERT, Feix & GRAUBARD, R. (Eds.). Historical studies today. New York: W.W. Norton & Company Inc., 1972, p. 107-140.
- 30 HERMES, op. cit., p. 55.
- 31 Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. De baixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o IHGB (1838-1889). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 388, p. 494-495, jul.-set. 1995.
- 32 Ibidem, p. 479.
- 33 CARVALHO, José Murilo de. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: EdURJ/Relume-Dumará, 1996. p. 64-65.
- 34 Ibidem, p. 77.
- 35 PEREIRA, Sérgio Luiz Nunes. Geografias: caminhos e lugares da produção do saber geográfico no Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. p. 70.
- 36 Ibidem, p. 77.
- 37 Ibidem, p. 78.
- 38 COELHO, op. cit., p. 198.
- 39 STEPAN, Nancy. A medicina no Brasil: o pano de fundo do século XIX. In: _____. Gênese e evolução da ciência brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1976. p. 53-66.
- 40 ALMEIDA, José Ricardo Pires de. História da instrução pública no Brasil, 1500 a 1889. São Paulo: EDUC: Brasília: DF: INEP/MEC, 1989. p. 227. Em 1883, foi realizada uma Exposição Pedagógica. No encerramento desse evento, o Conselheiro Manoel Correia sugeriu a fundação de uma sociedade com a finalidade de se manter no Rio de Janeiro um Museu Escolar. Intitulada Sociedade Mantenedora do Museu Escolar Nacional, sob a presidência de Conde d'Eu, foi criada no mesmo ano. Contou inicialmente com auxílio financeiro de Maria Amanda Paranaguá Dória, filha do Marquês de Paranaguá e esposa de Franklin de Menezes Dória, o barão de Loreto.
- 41 Ata da sessão ordinária de 14 de julho de 1888. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 51, p. 311, 1888.
- 42 Ibidem.
- 43 Cf. LOPES, Maria Margareth. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.
- 44 GUIMARÃES, op. cit., p. 497.
- 45 Cf. Jornal do Commercio: 175 a serviço do Brasil. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1 out. 2002. Disponível em: <<http://hist.jcom.com.br/especial/aniversario175/historia/index.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2003.
- 46 Cf. SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino A. Dicionário bibliográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, 6v.
- 47 A Coleção da Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro está localizada na Biblioteca do Museu Nacional, no bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro.
- 48 Em que pesassem os esforços da SGRJ, não foi levado adiante o projeto do engenheiro Julio Pinkas. A estrada de ferro Madeira-Mamoré, apelidada como a "ferrovia do diabo", foi construída no período de 1907 e 1912 sob os auspícios do governo brasileiro. Sobre a história da construção da ferrovia, ver: Foot Hardman, Francisco. O trem fantasma. A modernidade na selva. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- 49 Ata da sessão ordinária de 6 de maio de 1887. Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 4, p. 65, 1888.
- 50 Carta de José Antonio Saraiva a José Lustosa de Paranaguá em 10 de março de 1893, Arquivo do Museu Imperial, Petrópolis.
- 51 Ata da sessão de 21 de julho de 1898. Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 13, p. 31, 1898-1900.
- 52 Ibidem.
- 53 Entretanto, Francisco Agenor Noronha Santos, redator da Revista em 1912, relatou que, apesar de a Sociedade ter investido em melhorias estruturais, o Governo devolveu o edifício para a Repartição de Estatística, determinando que a instituição se mudasse para uma das salas do prédio do Museu Comercial localizado na antiga Avenida Central. Essa súbita mudança provocou a desorganização da biblioteca e do arquivo da SGRJ. Cf. SANTOS, Francisco Agenor Noronha. A nossa Revista. Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 25-27, p. 1-7, 1912-1922.
- 54 Ata da sessão de 20 de maio de 1902. Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 15, p. 92, 1912.
- 55 Ibidem.
- 56 ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. (Coord.). Terceira Reunião do Congresso Científico Latino-Americano: ciência e política. Brasília: CGEE; Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2002. p. 79.
- 57 José Arthur Boiteux iniciou sua carreira política com o regime republicano, elegendose deputado estadual entre os anos de 1894 e 1896. Também foi idealizador e fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, instalado em 7 de setembro de 1896, na cidade de Florianópolis. Instituição que contou com o apoio oficial do então governador do estado, Hercílio Luz, e a participação de diversos representantes do meio político, cultural e econômico. O objetivo principal de sua criação era fortalecer os estudos históricos e geográficos daquele estado. Após a sua fundação, José Arthur Boiteux viajou, em missão especial, para a Torre do Tombo, em Portugal, para pesquisar e levantar documentos para definir os limites entre Santa Catarina e Paraná. Cf. SACRAMENTO BLAKE (op. cit.).
- 58 O General Thaumaturgo de Azevedo foi escolhido primeiro presidente do Congresso Brasileiro de Geografia. Como primeiro vice-presidente, Francisco do Rego Barros Barreto; segundo vice-presidente, Leonel Martiniano de Alencar, o barão de Alencar; terceiro vice-presidente, Carlos Valente de Novaes; como secretário-geral, Augusto Olympio Viveiros de Castro; primeiro secretário, José Arthur Boiteux; segundo secretário, Joaquim de Oliveira Botelho, terceiro secretário, José Maria Moreira Guimarães; tesoureiro, Antônio Alves da Câmara.
- 59 Dentre outras medidas, conseguiram-se descontos nas passagens de navio e nas estradas de ferro para a cidade do Rio de Janeiro. Ata da 25ª Sessão de 25 de julho de 1909. Relatório Geral do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro, p. 45, 1909.
- 60 Potamografia: parte da geografia que estuda os rios; Limnologia, parte da biologia que estuda as águas doces e seus organismos. Cf. SILVA, Antônio de Moraes. Dicionário de Língua Portuguesa. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1813.
- 61 O Regulamento e os Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia estão localizados na Biblioteca do Centro de Documento e Disseminação de Informação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no bairro do Maracanã, no Rio de Janeiro.
- 62 Ata da 25ª Sessão de 25 de julho de 1909. Relatório Geral do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro, p. 44, 1909.
- 63 Ata da 27ª Sessão de 2 de agosto de 1909. Relatório Geral do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, Rio de Janeiro, p. 49, 1909.

Recebido para publicação em 5/2005. Aprovado em 7/2005.